

## O NOVO CAMPESINATO BRASILEIRO<sup>1</sup>

Mariele de Oliveira Silva <sup>2</sup>

O enfraquecimento da produção camponesa familiar, propiciada pelo avanço da agricultura industrial no campo, alterou de forma evidente as reivindicações dos movimentos sociais de luta pela terra. Esse fator evidencia a transformação da agricultura familiar em agricultura industrializada, o que prejudicou tanto os indivíduos que dependem dela para sobreviver, quanto à sociedade num todo.

No Brasil, com a transição da escravidão para o trabalho livre capitalista, chamado de modernização, houve um intenso avanço dos latifundiários, que dominaram e privatizaram um vasto domínio rural. Com isso, expropriaram e expulsaram vários camponeses, que, por sua vez, ou migravam para a cidade, ou serviam de mão de obra barata e escrava para os grandes proprietários.

Na esteira desta “modernização”, a partir dos anos 1980 surge no campo brasileiro um modelo de produção diferenciado da agricultura camponesa familiar, que passou a ser conhecida como agricultura empresarial, voltada para a acumulação de capital e obtenção do lucro, o que tornou o acesso à “terra” cada vez mais árduo para os camponeses, tanto para voltar, quanto para continuar nela. (ALMEIDA, 2009).

No Brasil, o desenvolvimento do novo modelo agrário/agrícola mostra o mesmo sentido ao apontar para um modelo em que o monocultivo acentua a dependência do agricultor diante do complexo industrial-financeiro altamente oligopolizado e, com isso, aumenta a insegurança alimentar tanto dos agricultores e suas famílias quanto do país como um todo [...] (GONÇALVES, 2004, p. 211)

<sup>1</sup> Paper apresentado na disciplina “Geografia Agrária e Movimentos Sociais”, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosemeire Aparecida de Almeida, 2009.

<sup>2</sup> Acadêmica do 2º Ano do curso de Geografia-Licenciatura – UFMS/CPTL – e-mail: mos-geo@hotmail.com

É o que vem reafirmar Almeida (2009) que, devido ao avanço desse modo de produção capitalista no campo, houve uma acelerada diminuição da produção de alimentos essenciais à manutenção da vida. Consequência deste avanço tem-se o empobrecimento dos camponeses, a crise das lutas sociais, pois em áreas que deveriam ser cultivadas plantações de consumo popular, são ocupadas por grandes monoculturas, tirando assim a real função da terra e gerando agroindústrias.

(a) retração da lavoura de alimentos da 'cesta básica' do trabalhador e a expansão da agricultura empresarial (agronegócio) [...] têm revelado que, se antes a luta era preferencialmente contra o latifúndio e a ociosidade das terras que ele carrega na atualidade o desafio parece

ainda maior porque a aliança terra-capital produziu um modelo 'produtivista-rentista' que busca dar contornos modernos ao latifúndio, dificultando a Reforma Agrária baseada no princípio da terra improdutiva, portanto guiado pelo viés econômico [...]. (ALMEIDA, 2009, p. 12)

Esta crescente expansão da agricultura empresarial, acaba capturando os pequenos proprietários que vendem ou arrendam suas terras, pois eles não conseguem enfrentar a concorrência. Desta forma abandonam a produção familiar para trabalharem como assalariados, seja para as indústrias do agronegócio no campo, ou para as indústrias da cidade.

[...] Tudo isso resultou na intensificação da diferenciação social entre os camponeses e no movimento de abandono da agricultura camponesa, além da diversificação das atividades da unidade familiar com seu crescente envolvimento com atividade não-agrícola como o trabalho assalariado na cidade [...] (MARQUES, 2008, p. 57).

A crescente abertura para a entrada do capital agroindustrial no campo e a ameaça de expropriação dos camponeses pela intensa concorrência de mercado, faz com que o homem do campo opte pela entrega de seus produtos agrícolas para as empresas que pagam valor baixo, buscando depois

industrializar agregando valor e encarecendo-os. Fundamentalmente, o que dificulta a venda direta por parte do camponês, são as dificuldades de deslocamento campo-cidade. Ocorrências que os deixam vulneráveis no sentido da venda de seus produtos às empresas por um valor abaixo do mercado.

Do ponto de vista da elite agroindustrial, “os camponeses, inevitavelmente, irão desaparecer, pois eles seriam uma espécie de ‘resíduo’ social que o progresso capitalista extinguiria. [...]” (OLIVEIRA Apud Bombardi, 1999, p. 326). Porém, junto com o avanço do capital sobre o campo, há também um novo processo de transformação na base de luta dos movimentos sociais camponeses, constituídas por várias culturas, que buscam o reconhecimento da sociedade e a valorização do conjunto de saberes que é a base histórica desses povos.

As desigualdades socioeconômicas presentes nos países subdesenvolvidos, acabaram por agravar-se ainda mais, pois, ao mesmo tempo em que o novo modelo de produção “colabora” para o crescimento e desenvolvimento do país, contribui também para a desvalorização e exclusão de várias culturas, residentes no campo ou na cidade. Situação que coloca como legítimo o processo de luta pela posse de terra pelos movimentos sociais do campo e estimula a busca por novos caminhos nesta luta para reivindicação de seus direitos sociais que foram privatizados pela sociedade dominante.

Isso porque, a escassez de alimento, a fome, a miséria e a pobreza, presente nas classes subalternas, privadas por esse sistema (capitalismo), na verdade amplia o processo de oposição contra a expulsão/exclusão, movido pelo interesse de acúmulo de capital.

[...] a necessidade (de) resgatar na atualidade o princípio da terra dos pobres, principalmente quando se trata de Reforma Agrária, de modo que ela seja sinônima de terra de trabalho e da vida a denunciar a terra de negócio, aquela que precisa concentrar para especular e explorar o trabalho de outrem [...] de modo que a sociedade entenda que não existe apenas um estilo de vida, onde as pessoas compram comida e os bens que necessitam guiadas pela ditadura do mercado, é preciso [...] a terra de trabalho, e a economia familiar que a sustenta [...].(ALMEIDA, 2009, p. 13)

A luta pela Reforma Agrária, hoje, se contrapõe ao desemprego da classe assalariada residente no campo ou na cidade, que vê na agricultura alternativa de vida familiar, perspectivas de melhorias coletivas e não individuais, portanto, contrárias a lógica do agronegócio. Deste modo, a luta dos camponeses se fortalece pela grande disparidade territorial presente no campo. E faz com que a migração campo-cidade, enfrentada pelos expulsos e desapropriados, já do início da modernização, seja também uma migração cidade-campo, empenhada por aqueles que buscam a valorização do seu papel como agricultor e cidadão.

Está explícito que as mudanças ocorridas com o avanço do sistema capitalista no campo, prejudicaram de forma significativa a classe camponesa, a mais excluída da sociedade, demonstrando que o seu desejo e luta não se baseiam em apenas um “pedaço de terra” muitas vezes insuficiente para a produção de sua cultura. Mas, também, se baseiam na luta de reconhecimento, tanto de sua identidade de camponês, quanto a de cidadão pertencente à sociedade.

[...] Neste contexto, emergem diferentes formas de lutas pela terra (para resistir, recuperar e/ou entrar na terra), bem como novas formas de organização da unidade de produção (com mudanças na base técnica, diversificação de atividades, aumento na escala de produção etc.). Esses processos vêm possibilitando a reconstituição, em novas bases, da diversidade encontrada entre as configurações camponesas existentes no país. (MARQUES, 2008, p. 60)

Todo esse processo de desenvolvimento deixou evidente que a entrada do agronegócio no campo, possui características contraditórias, pois ao mesmo tempo em que cria o desenvolvimento para a classe dominante, ele recria a pobreza das classes mais oprimidas.

[...] os problemas concretos que as pessoas sofrem, como o analfabetismo, a doença de um filho, a dor de barriga de uma criancinha, não ocorrem apenas porque elas não têm terra [...] Existe um sistema social que cria os pobres e que os impede de ter uma vida digna. [...]” (STEDILE, 1999, p. 119)

Mas este grande avanço do agronegócio no campo, não fez desaparecer as lutas pela reforma agrária; ao contrário, intensificaram-se os embates

travados no campo, diversificados em sua formação, se adaptando e superando os obstáculos que este modo de produção faz surgir no campo.

Mas o movimento de recomponização não para, teimosos que são, os sem-terra marcham para a terra, pois sabem que só terão aquilo que conquistarem[...]E o campo, por meio da aliança terra-capital [...] vai tomando feições modernas [...] Porém, a terra cercada pela soldagem campo-cidade também revela no seu decurso outros processos em sua interioridade, são ações conflituosas externalizadas na luta dos acampados, na crise ambiental ou nos índices de desemprego[...] (ALMEIDA, 2009, p. 11)

Portanto, conclui-se que com o avanço dos interesses capitalistas no campo, o campesinato não ira dissipar-se. Ao mesmo tempo em que o capital expulsa/desapropria os camponeses de suas terras, em busca do desenvolvimento, por outro, mecaniza as indústrias e desemprega a classe assalariada, que vê a terra como alternativa de vida, diversificando a luta, pois, atualmente, está sendo composto não somente pelas classes camponesas, mas, também, pelas classes assalariadas desempregadas, que vêm lutando pela Reforma Agrária incessantemente.

## **BIBLIOGRAFIA**

ALMEIDA, Rosemeire A. A questão agrária na contemporaneidade e os desafios do movimento camponês no Brasil. Montevideu: Egal, 2009. (Mimeografado).

BOMBARDI, Larissa M. A dialética e a geografia na obra de Ariovaldo Umbelino de Oliveira. In: FERNANDES, Bernardo M., MARQUES, Marta I.M.,SUZUKI, Julio C.(Orgs.).Geografia Agrária. Teoria e Poder. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p.315-337

GONÇALVES, Carlos W. A geografia da riqueza, fome, e meio ambiente. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U., MARQUES, Marta I. (Orgs.). O campo no século XXI. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004. p. 207-253

MARQUES, Marta I.M. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: Um renovado desafio à reflexão teórica. In: PAULINO, Eliane T., FABRINI, João E. (Orgs.) Campesinato. Território em disputa. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 49-78

STEDILE, João P., FERNANDES, Bernardo M.. Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. p.15-121/139-163.